

Município da Ribeira Grande

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2015

Introdução

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2015, com base na Portaria 474/2010 de 15 de Junho e no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

a) Entidade mãe;

Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)
PONTE NORTE – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande	Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 36, Vila de Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Ensino, na vertente de formação técnica ou profissional; promoção e apoio a atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e, em geral, a tudo o que disser respeito ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande	44%	b)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.
- b) Empreendimento conjunto com os membros fundadores Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, Associação Agrícola de S. Miguel, Associação Empresarial da Ribeira Grande; Associação de Turismo da Ribeira Grande; Cooperativa Agrícola Costa Norte; Cooperativa Ecos do Norte e Clube Naval de Rabo de Peixe.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 4.

Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a compromissos

Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção das garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

IV. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 6 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2015 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	59.814.341	2.275.505	1.674.486	63.764.332
Bens do património histórico, artístico e cultural	32.985	0	0	32.985
Outros bens de domínio público	743.412	4.217	722.514	1.470.143
Imobilizações em curso	530.586	1.629.716	-1.434.863	725.439
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	14.500	101.269	-99.915	15.854
	61.135.824	4.010.707	862.222	66.008.754
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	895.131	45.092	0	940.224
Propriedade industrial e outros direitos	677.306	36.024	1.730	715.060
Outras imobilizações incorpóreas	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0
	1.572.437	81.116	1.730	1.655.283
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	3.412.006	147.000	-896.394	2.662.612
Edifícios e outras construções	81.901.953	1.648.742	2.287.827	85.838.522
Equipamento básico	1.080.663	45.681	-6.219	1.120.125
Equipamento de transporte	1.422.285	193.501	20.520	1.636.306
Ferramentas e utensílios	157.831	7.969	-396	165.404
Equipamento administrativo	2.817.151	204.995	-40.027	2.982.119
Outras imobilizações corpóreas	405.627	11.973	0	417.600
Imobilizações em curso	2.199.047	718.266	-2.472.719	444.594
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0	30.400	-18.400	12.000
	93.396.563	3.008.527	-1.125.808	95.279.281
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0	0	0	0
Obrigações e Títulos de Participação	0	849.276	0	849.276
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0
	0	849.276	0	849.276
Total	156.104.824	7.949.626	-261.856	163.792.595

Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	3.291.049	458.129	-838	3.750.016
Bens do património histórico, artístico e cultural	3.698	16	0	3.715
Outros bens de domínio público	615	77	0	692
	3.295.362	458.222	-838	3.754.423
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	244.351	14.187	0	258.538
Propriedade industrial e outros direitos	179.704	32.490	1.622	213.816
	424.054	46.677	1.622	472.354
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	59	0	0	59
Edifícios e outras construções	11.046.644	1.587.883	2.305	12.632.223
Equipamento básico	928.790	53.916	7.204	975.502
Equipamento de transporte	1.025.811	87.088	-20.520	1.133.420
Ferramentas e utensílios	118.520	16.377	304	134.592
Equipamento administrativo	2.469.609	135.602	40.063	2.565.148
Outras imobilizações corpóreas	209.855	47.510	7	257.357
	15.799.289	1.928.376	29.364	17.698.301
Investimentos Financeiros				
	0	0	0	0
	19.518.706	2.433.275	30.148	21.925.076

Nota 8 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	735.874
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	405.950
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	99.755
	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	928.779
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	335.722
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	281.017
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	947.111
	Habitação (50%) de 6 habitações Unifamiliares - Loteamento de Sta Luzia	CGD	87.374	26-02-2023	36.914
	Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	114.428
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	1.055.530
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	236.145
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	77.898
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	656.821
	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	1.434.848	16-11-2022	1.426.211

Nota 9 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.500.111 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 10 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As entidades participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites

fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 11 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 144.929 Euros em 2015.

Nota 12 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2015	2014
681 Juros suportados		109.682	142.411
682 Perdas em entidades participadas		0	209.608
683 Amortizações de investimento em imóveis		0	0
684 Provisões para Aplicações Financeiras		0	0
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0	0
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
688 Outros custos e perdas financeiros		22.914	28.809
Resultados financeiros		131.152	-332.150
		263.748	48.678

	Proveitos e ganhos	2015	2014
781 Juros obtidos		28.215	10.262
782 Ganhos em entidades participadas		0	0
783 Rendimentos de imóveis		235.533	38.416
784 Rendimentos de participações de capital		0	0
785 Diferenças de câmbio favoráveis		0	0
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
788 Outros proveitos e ganhos financeiros		0	0
		263.748	48.678

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2015	2014
691 Transferências de capital concedidas		793.083	622.000
692 Dívidas incobráveis		0	14.280
693 Perdas em existências		7.632	7.633
694 Perdas em imobilizações		10.107	325.339
695 Multas e penalidades		0	0
696 Aumentos de amortizações		0	0
697 Correções relativas a exercícios anteriores		249.694	89.509
698 Outros custos e perdas extraordinárias		82.314	11.470
Resultados extraordinários		844.324	1.217.021
		1.987.156	2.287.252

	Proveitos e ganhos	2015	2014
791 Restituição de impostos		0	0
792 Recuperação de dívidas		652	4.085
793 Ganhos em existências		1.129	3.040
794 Ganhos em imobilizações		22.789	297.914
795 Benefícios de penalidades contratuais		33.751	62.792
796 Reduções de amortizações e provisões		34	47.181
797 Correções relativas a exercícios anteriores		3.568	90.502
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		1.925.233	1.781.737
		1.987.156	2.287.252

Nota 14 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Cobrança Duvidosa	44.297	359.593	686	403.204
Riscos e Encargos	0	34.853	0	34.853
TOTAL	44.297	394.446	686	438.057

Nota 15 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	42.239	677.087		673.630	45.697
A PONTE NORTE	MRG	Prestações de Serviços	0	106.070		106.070	0
		Total	42.239	783.157	0	779.700	45.697

Direitos / Recebimentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	EIRSU	Prestações de Serviços	-42.239	-677.087		-673.630	-45.697
MRG	A PONTE NORTE	Prestações de Serviços	0	-106.070		-106.070	0
		Total	-98.904	-783.157	0	-779.700	-45.697

Nota 16 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Dividas a terceiros de médio/longo prazo			
Designação das Contas	Município da Ribeira Grande	Restante Grupo Público	Total
Empréstimos de Médio Longo Prazo	8.981.421	0	8.981.421
Total	8.981.421	0	8.981.421

Nota 17 – Outras informações

Comparabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Decorrente da extinção da Ribeira Grande Mais - Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, Unipessoal, S.A., E.M., o perímetro de consolidação alterou no corrente exercício. Consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2015 não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2014.